

## **O professor e aluno com altas habilidades e superdotação: relações de saber e poder que permeiam o ensino**

Giovana Mattei\*

### **Resumo**

Sendo os sujeitos da educação o professor e o aluno, observa-se a relação de poder e saber que se estabelecem entre ambos no processo de ensino tendo como foco os alunos portadores de altas habilidades. Posto que o aluno historicamente ocupa o lugar do *aluno*, compreende-se que a fonte do saber e do conhecimento aparece histórica e culturalmente na figura do professor. Os alunos com altas habilidades e superdotação muitas vezes põe em prova o conhecimento e autoridade do professor estabelecendo uma relação de conflito entre o poder disciplinar e o saber, assim utiliza-se Foucault para esclarecer esta relação entre o saber e o poder que historicamente permeiam e rege nossa vida social, moral, ética e educacional.

**Palavras-chave:** Educação. Alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Relações de Saber e Poder.

## **The teacher and student with high skills and giftdeness: relationships to know and be able to permeate the teaching**

### **Abstract**

Being the citizens of the education the professor and the student, we can observe the relations power end knowledge that they are established between both in the education process having as focus the students carriers of high abilities. The student historically occupies the place of the student; we understood that the source of knowing and the knowledge appears historically and culturally in the figure of the teacher. The students with high abilities and super endowment many times put in test the knowledge and authority of the teacher establishing a relation of conflict between the power to discipline and knowledge, thus we use Foucault to clarify this relation between knowing and the power that historically they they conduct our social, moral, ethical and educational life.

**Keywords:** Education. Students With High Abilities. Knowledge and Power.

\* Pedagoga (UPF/RS), Especialista em Administração da Educação (ULBRA/RS) Acadêmica do curso de Mestrado em Educação (UPF/RS).

A ciência humana tem como seu objeto de estudo o homem e a sociedade, sendo que estes formam um conjunto de relações complexas que nos permitem abordar o desenvolvimento do ser humano sua evolução e suas restrições.

A evolução das ciências em diferentes áreas do saber provoca mudanças e crises epistemológicas, novas condutas e pressupostos, secularizações e simulacros que ao longo do tempo nos remetem a uma racionalização e busca pelos elementos que constituem realmente as ciências humanas. As ciências uma vez emancipadas se subdividem em disciplinas encerrando o conhecimento num espaço fechado, estanque obstáculo epistemológico. Segundo Foucault as ciências humanas são produtos de uma inter-relação de saberes. A arqueologia tem a pretensão de explicar o aparecimento de saberes a partir de possibilidades de condições externas aos próprios saberes, essa análise do porquê dos saberes que pretende explicar sua existência e suas transformações.

O homem nas ciências humanas, passa a desempenhar duas funções. Ele é aporte das coisas empíricas que manifestam atividade humana, porém no homem na filosofia aparece como fundamento aquilo que torna possível qualquer saber. Segundo Foucault assim que surgem as ciências humanas o homem é visto não apenas como objeto ou sujeito, mas como representação.

Assim para Foucault:

“[...] as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se entende entre o que o homem é em sua positividade (seque vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar”. (195, p. 370).

Nesse sentido os sujeitos significam lugares, coisas, onde nessa trama discursiva os próprios sujeitos estão se constituindo, por meio dos jogos de poder e saber que tramitam em cada esfera social. Diante desse embate de estratégias de dominação e de resistência é que o sujeito se constitui, marcado pelas verdades, normas e contradições com que trava contato.

Assim, os diversos campos do conhecimento podem ser tomados como discursos constituídos no intuito do estabelecimento de exercícios de dominação em torno daquilo que se propõe a conhecer. Tais discursos, como é o caso das ciências, assumem critérios de verdade e se difundem com esse caráter por meio das grandes instituições (FOUCAULT, 1993b, p. 13). Verdades estas que podem ser corroboradas ou refutadas segundo a visão de Popper onde toda teoria está sujeita a críticas e a falseabilidade, colocando em prova conceitos e conhecimentos previamente estabelecidos tanto nas ciências humanas como nas demais ciências.

Resgatando-se as contribuições de Michel Foucault para análise dessas questões, buscam-se argumentos sobre a relação saber/poder de maneira específica com as crianças com altas habilidades e sua relação de ensino e de aprendizagem com professores. Um dos alvos do poder dominante certamente é a educação, pois através desta e de métodos disciplinares pode-se manipular o sujeito intervindo e controlando suas ações em sociedade. Para atingir esse objetivo, a partir do final do século XVIII as *sociedades disciplinares* começaram a distribuir os indivíduos no espaço por meio de técnicas de enclausuramento e/ou de organizações hierárquicas de lugares específicos. Todas as atividades eram controladas temporalmente, o que possibilitava, por exemplo, o isolamento do tempo de formação e do período da prática do indivíduo. Com isso, a aprendizagem poderia ser normatizada, e as forças produtivas seriam compostas a fim de obter um aparelho eficiente.

Historicamente o ensino constitui uma hierarquia de saberes e poderes, no qual o professor era o detentor do saber e quem tinha acesso aos estudos geralmente era a elite do país. Hoje apesar de termos resquícios desta histórica desigualdade educacional, obtemos vários avanços onde o professor passou a ser o mediador do ensino, e este se tornou mais democrático atendendo grande parte da população através das escolas públicas. Ainda encontramos nas escolas um sistema disciplinar e organizado em filas, lugares separados e espaços para atividades específicas. Certamente a organização e a disciplina são importantes, porém esta não pode limitar o sujeito ou torná-lo submisso. Estes espaços realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos e a ordem (parcial) da sociedade. Assim segundo Foucault:

O poder se exerce (pelos) efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, [...], segundo regras explícitas ou não permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais... (1995, p. 244).

A escola é marcada pela configuração social e suas implicações, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber. Para discutir a forma pela qual as relações de poder circulam no espaço escolar e a produção da subjetividade por elas, aproveitaremos a concepção de *sociedade disciplinar*<sup>2</sup> (FOUCAULT, 1977). O poder segundo Foucault deve ser analisado como algo que funciona em cadeia, não está localizado aqui ou ali, nem está nas mãos de alguns. O poder não é um bem, mas é algo que se exerce em rede, e nessa rede todos os indivíduos circulam, sendo que qualquer um pode estar em posição de ser submetido ao poder, mas também de exercê-lo. Nessa perspectiva, não se trata da questão de “quem tem o poder”, mas de estudá-lo no ponto em que se implanta e produz

seus efeitos reais. Esta relação de poder e saber se torna intrigante quando nos remetemos às crianças com altas habilidades e superdotação e suas interações com o professor no cotidiano escolar. Será que os professores estão preparados para atender estes alunos especiais? Como fica a relação entre educador e educando quando há confrontos de saberes?

Na concepção de Foucault:

Temos que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e que constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento. (1995, p. 30).

As sociedades disciplinares veiculam uma forma de poder ligado ao trabalho, as diversidades escolares e capitalistas, que tentam assegurar a ordenação das multiplicidades humanas subdividindo-as em patamares de poder e saber. Trata-se de produzir corpos dóceis, tornando o exercício do poder economicamente menos custoso possível, estendendo os efeitos do poder social ao máximo de intensidade e tão longe quanto possível, e ainda ligando o crescimento econômico do poder ao rendimento dos aparelhos pelos quais se exerce, sejam pedagógicos, militares, industriais, médicos. Em suma, fazendo crescer tanto a docilidade quanto à utilidade de todos elementos do sistema (FOUCAULT, 1977, p. 191).

Histórica e culturalmente a figura do docente pressupõe o detentor do saber. É com base nesse pressuposto de nossa cultura que se autorizam determinadas práticas características desse contexto, tais como as autoritárias, supostamente justificáveis pela posição de saber que o professor representa. Algumas estratégias ou métodos pedagógicos inibem a participação dos alunos dificultando o seu desenvolvimento e a troca mútua de conhecimentos no qual se constitui o ensino.

Mecanismos de poder e saber funcionam não apenas em escolas ou relações pedagógicas, mas em todo âmbito social, são promovidas e aceitas

com naturalidade pela nossa sociedade. Diferenças, distinções e desigualdades fazem parte do cotidiano e por isso são tomadas como normais. A hierarquização de saberes e poder ainda hoje separa sujeitos classificando-os e ordenando-os em classes sociais, em lugares específicos, em trabalhos, em escolas...

Porém esta divisão não ocorre com crianças com altas habilidades, pois estas podem estar nas classes menos favorecidas, ou nas elites do país. Torna-se imprescindível neste momento esclarecer como se caracterizam as crianças portadoras de altas habilidades.

Segundo as Diretrizes Gerais da educação especial no Brasil, esta definição é configurando-se da seguinte maneira:

[...] altas habilidades referem-se a comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de “traços consistentemente superiores” em relação a uma média [...] em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por “traços” as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com freqüência e duração no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registrados em épocas diferentes em situações semelhantes.”

(Brasil, MEC/SEESP, 1995 a, p. 13).

Estas crianças freqüentam o ensino regular e muitas vezes se deparam com profissionais da educação que sabem tanto quanto ou menos que elas, gerando um conflito de saberes colocando em prova o poder do professor. Algumas características segundo Renzulli<sup>3</sup> correspondem a habilidade acima da média, envolvimento com tarefa e criatividade. Poderíamos enumerar outras características das crianças com altas habilidades citadas por diversos autores e pesquisadores como curiosidade, senso crítico, persistência, liderança, imaginação e outras. Esta criança geralmente não apresentará alta habilidade em todas as áreas de conhecimento. Muitas vezes a criança pode deixar a desejar em áreas acadêmicas, que tem valorização maior na escola, e ter alta habilidade para artes, música ou outras áreas afins.

Este contraste entre o que a escola e os educadores priorizam e os anseios do educando influenciam nas relações em sala de aula.

Este comportamento sinaliza a crise do sistema educacional que não evoluiu e não acompanhou os avanços tecnológicos, científicos, sociais e até mesmo educacionais. Crise esta que reflete no profissional de educação, que sem recursos disponíveis fica a mercê do desprezo e descaso da sociedade, enquanto a educação deveria ser prioridade.

Esta configuração social que está se modificando, reflete na constituição do sujeito e nas relações entre professor e aluno, causando, muitas

vezes, um estranhamento em ambas as partes. A indisciplina é um sintoma de injunção da escola idealizada e gerida para um determinado tipo de sujeito e sendo ocupada por outro. Equivaleria, pois, a um quadro difuso de instabilidade gerado pela confrontação deste novo sujeito histórico a velhas formas institucionais cristalizadas. O aluno com altas habilidades almeja mais do ensino. Ele busca conhecimentos que possam ser úteis a sua vida. É questionador e tem grande facilidade para o aprendizado, o que pode algumas vezes perturbar o professor, por este não estar seguro em atender estes alunos especiais.

O mal-estar na confrontação dos alunos com professores reflete o modo pelo qual os próprios agentes institucionais e educacionais são influenciados pela configuração social, mas também coloca em jogo as transformações sociais que esses agentes deveriam proporcionar. A falta de conhecimento, e o despreparo do sistema educacional, dificulta o desenvolvimento destes alunos com altas habilidades.

Essa questão da relação saber/poder, vinculada às interfaces dos lugares sociais correspondentes à escolarização formal, adquiriu diferentes formas sendo tratadas como problemas sociais, problemas psicológicos dos alunos, falta de autoridade do professor, entre outras “desculpas” e “justificativas” encontradas para os conflitos e indisciplina gerados no ambiente escolar.

As relações humanas são o alicerce da educação, estas relações envolvem aspectos históricos de poder e interação. Na educação esta relação volta-se ao professor e ao aluno, sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem.

O poder permeia as relações entre as pessoas. É sinônimo de força e domínio entre elas. As relações de poder começam na família e se ampliam na escola onde o educar exige limites e disciplina que devem ser empregados de maneira democrática e não autoritária. Na escola a interação entre as pessoas é maior e a disseminação do poder também, sejam em grupos de alunos diversificados, onde se formam grupos distintos seja por estilos diferentes, ou ideais diferentes, liderados por um aluno ou mais alunos numa relação explícita de poder. Estes grupos subdivididos e classificatórios propagam o preconceito e discriminação, que muitas vezes são utilizados para exercer o poder sobre as demais pessoas, resgatando princípios da escravidão incutidos na nossa história.

A escola torna-se um lugar de “exclusão” em determinados momentos, e ao mesmo tempo ela também é um espaço de tolerância e aceitação, tornando-se um campo de aprendizado, mas também de submissão e domínio.

Segundo Foucault, o poder disciplinar perpassa o ambiente escolar e também produz saber no exercício das relações entre os sujeitos em que exista possibilidade, ainda que virtual, da resistência.

Na escola nos deparamos com uma hierarquia de poder, onde

professores, coordenadores e diretores influenciam e exercem poder de maneira implícita ou explícita sobre os alunos, mantendo a ordem necessária ao desenvolvimento da aprendizagem e disciplina. Os termos disciplina e indisciplina podem ter conotações diferentes de acordo com a postura educacional adotada pelas escolas e educadores, mas geralmente remete-se a disciplina como um estado “silenciador” dos alunos mantendo a suposta “ordem” necessária para condução da aula. Assim indisciplina seria o oposto.

Existem redes de poder e de saberes, que se aplicam à escola, quando se confere poder sobre as pessoas deseja-se que realizem determinadas tarefas ou atitudes esperadas. Este poder desenvolveu-se historicamente através de uma educação bancária e formal onde o aluno era apenas ouvinte.

Geralmente alunos questionadores e investigativos causam certo temor por parte dos professores, pois estes muitas vezes não querem admitir ao aluno que não sabe ou tem dúvidas sobre determinado assunto. Este temor muitas vezes expressa-se de maneira defensiva reprimindo ou ignorando os questionamentos dos alunos. Os alunos portadores de altas habilidades, assim como outros educandos, acabam frustrando-se com o ensino e buscam outras alternativas muitas vezes inconvenientes ao professor (perturbando as aulas, “indisciplina”), enquanto outros acabam evadindo da escola.

Nessa perspectiva, a palavra de ordem passa a ser o “encaminhamento”. Encaminha-se para o coordenador, para o diretor, para os pais ou responsáveis, para o psicólogo, para o policial. Numa situação-limite, isto é, na impossibilidade do encaminhamento, a decisão, não raras vezes, é o expurgo ou a exclusão velada sob a forma das “transferências” ou mesmo do “convite” à auto-retirada.

Como se pode notar, os educadores quase sempre acabam padecendo de uma espécie de sentimento de “mãos atadas” quando confrontados com situações atípicas em relação aos alunos que criam conflitos e a uma pedagogia ultrapassada.

O aluno com altas habilidades ou superdotação pode apresentar comportamentos sendo o aluno mais aplicado em aula ou o contrário. Como não existem métodos de identificação precisos que nos revelem quais alunos tem superdotação ou altas habilidades, o professor bem como o sistema educacional, precisam estar atentos às características demonstradas pelos mesmos para que estas relações de poder sejam exercitadas de maneira construtiva.

Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência a mudança e ao novo, o que submete os educandos a um sistema formal e antiquado. O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranquilidade da permanência nesse lugar. Ao mesmo tempo em que a ordem é

necessária, o professor deve desempenhar um papel de instigador de conhecimentos, de provocador da autonomia e criatividade dos seus educandos, uma tarefa uma tanto ambígua, pois se, de um lado, ele tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas, de outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno se diferencie, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

Se partirmos do pressuposto de que, nas sociedades complexas, a educação escolar é o modo dominante por meio do qual as novas gerações são inseridas na tradição, isto é, o meio pelo qual as introduzimos no instável (e sempre inusitado) mundo do conhecimento sistematizado, haveremos de convir que alguns fantasmas têm rondado essa instituição secular. E o mais implacável deles talvez seja o que envolve a relação professor e aluno.

É nesse sentido, se a escola contemporânea tem-se apresentado cada vez mais como um espaço de confrontos que em muito ultrapassam aqueles relativos ao embate intelectual/cultural é possível supor, então, que seu âmbito padeça de uma certa ambigüidade, ou ineficácia, por parte daqueles que a fazem cotidianamente.

O educador assim como todo sistema educacional deve rever métodos e diagnósticos aplicados aos alunos, somente assim poderão atuar com uma educação mais ampla e diversificada contemplando a pluralidade cultural e intelectual de seus educandos.

A partir disso percebemos que o sujeito é constituído através das relações de poder e saber que se iniciam na família e continuamente vão sendo modificadas ou reforçadas suas ações éticas, morais e de conduta na escola e na sociedade. Perceber estas diferentes relações de poder/saber e articular sobre elas de maneira consciente é imprescindível para não cair nas redes de manipulação criadas pelo poder instituído politicamente e socialmente sobre o sujeito.

É de acordo com esta concepção que a escola deveria ser constituída, tornando sujeitos pensantes ampliando conhecimentos e questões históricas que fazem parte da formação do ser. Implica na abordagem de diferentes saberes e concepções de poder que permeiam as relações entre educadores e educandos, onde possa haver a troca mútua de conhecimentos desmistificando paradigmas e esteriótipos vinculados historicamente ao professor e a criança portadora de altas habilidades/superdotada.

## Referências

FERNANDES, C. Escola: espaço de aprendizagem das relações de poder. Educação em Revista, Porto Alegre, v. 9, n. 55, p. 29-35, abr./maio 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.

## Notas

1 Pedagoga (UPF/RS), Especialista em Administração da Educação (ULBRA/RS) Acadêmica do curso de Mestrado em Educação (UPF/RS).

2 Mudanças sociais ocorridas no séc. XVIII e XIX levaram a alterações do jogo do poder, que foi sendo gradativamente substituído pelo que Foucault denomina de sociedades disciplinares, as quais atingiram o seu apogeu no séc. XX. A passagem de uma forma de dominação a outra ocorreu quando a economia do poder percebeu ser mais eficaz e rentável "vigiar" do que "punir".

3 Joseph Renzulli (1984), renomado pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa sobre Superdotados e Talentos da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos.

## Correspondência

**Giovana Mattei** - Rua Bandeirantes n. 532 - Centro - 99560-000 - Sarandi - RS.  
E-mail: giomatteiibestcom.br

Recebido em 20 de abril de 2007

Aprovado em 07 de janeiro de 2008

